

MULHERES, PATRIARCADO E ECOFEMINISMO: REFLEXÕES A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Lisiana Lawson Terra da Silva¹

André Luis Castro de Freitas²

Resumo

Este artigo tem como objetivo constituir uma reflexão crítica sobre relações de gênero, teoria do patriarcado, ecofeminismo e os modos de produção e reprodução social da sociedade capitalista, a partir da perspectiva teórica da Educação Ambiental Crítica. Buscamos compreender como a Educação Ambiental enquanto educação emancipadora e transformadora permite o desvelar as opressões, produzindo tanto a crítica social como as formas de pensar um outro mundo possível. Nesse sentido, nosso argumento é que a Educação Ambiental Crítica nos fornece elementos teóricos e epistemológicos para desvelar as relações de opressão de gênero, refinadas na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Mulheres; Patriarcado; Ecofeminismo.

1 Doutoranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: lisianalawson@yahoo.com.br

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: dmtalcf@furg.br

WOMEN, PATRIARCHY AND ECOFEMINISM: REFLECTIONS FROM THE FUNDAMENTALS OF CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION

Abstract

This article aims to constitute a critical reflection on gender relations, the theory of patriarchy, ecofeminism and the modes of production and social reproduction of capitalist society, from the theoretical perspective of Critical Environmental Education. We seek to understand how Environmental Education as an emancipatory and transforming education allows the unveiling of oppressions, producing both social criticism and ways of thinking about another possible world. In this sense, our argument is that critical Environmental Education provides us with theoretical and epistemological elements to unveil the relations of gender oppression, refined in capitalist society.

Keywords: Critical Environment Education, Women; Patriarchy; Ecofeminism.

Introdução

Este trabalho tem como premissa compreender a Educação Ambiental, a partir da concepção de Reigota (2014), como uma educação política que tem como objetivo analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os seres humanos, os não humanos e a natureza, desvelando e superando os processos de opressão e dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática das pessoas de forma igualitária.

A partir disto optamos por balizar este trabalho em sua vertente crítica a qual Loureiro e Juliana Torres³ (2014) compreendem “[...] como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos – o que implica mudança cultural e social” (p. 138).

O mundo vive uma crise societária de múltiplas dimensões: econômica, política, social, cultural e ambiental. A crise climática associada às crises do modelo capitalista baseado em uma ideia de desenvolvimento e progresso nos trouxeram a um ponto em que várias formas de vida se tornaram insustentáveis. Nesse sentido compreendemos ser de fundamental importância a discussão que a Educação Ambiental Crítica proporciona não apenas ao campo da educação e do ambientalismo, mas à

3 Dentro de uma perspectiva de gênero e posicionamento político este trabalho procura dar visibilidade à produção intelectual feminina. Desta forma todas as autoras citadas neste trabalho têm o primeiro nome escrito, uma vez que o sobrenome geralmente é associado à figura do masculino.

sociedade como um todo, percebendo a complexidade das relações entre seres humanos e não humanos, vivos e não vivos, promovendo reflexões e diálogos entre os diversos campos do saber científico e populares.

Além disso, ao assumir um posicionamento ético-político de crítica ao sistema capitalista a Educação Ambiental busca uma educação de caráter emancipatório e transformador que tem suas bases em ideais democráticos e de participação popular. Advém daí sua intrínseca ligação com a Educação Popular, já que busca promover a autonomia dos sujeitos por meio de uma educação problematizadora⁴ que vai, muitas vezes, de encontro a uma educação formal, engessada e de cunho cientificista e tecnicista que torna invisíveis os saberes e fazeres populares, assim como as relações de opressão estabelecidas em nossa sociedade. Assim, compreendemos a Educação Ambiental Crítica como aquela que almeja problematizar as correlações dos seres humanos com o mundo e no mundo, refletindo e buscando por intervenções para os problemas e conflitos emergentes destas relações.

A partir dos fundamentos acima, defendemos que a Educação Ambiental situada dentro de uma perspectiva crítica, necessita analisar como as relações de gênero são centrais para pensar sobre as injustiças sociais e ambientais, já que estas produzem desigualdades, relações de poder assimétricas e opressões, dentro de uma cultura pautada no androcentrismo⁵. Dentro dessa perspectiva as mulheres, enquanto grupo subalterno dentro da lógica de dominação patriarcal, estão expostas à vulnerabilidade socioambiental e à pobreza.

Entendemos que fazer a crítica à sociedade capitalista, a partir dos problemas das mulheres pobres, subalternas e vulneráveis é papel da Educação Ambiental Crítica. Assim como analisar a teoria do patriarcado enquanto sistema estruturante o qual situa as mulheres e a natureza em plano subalterno e como dominadas em um mundo construído por e para os homens.

No texto que segue dividimos nossa análise em três pontos principais: o primeiro faz uma análise crítica do sistema capitalista como produtor de grupos oprimidos e subalternos, tencionando e provocando vulnerabilidades, no caso deste trabalho, a vulnerabilidade socioambiental feminina; o segundo agrega à esta discussão a teoria do patriarcado e a forma através da qual o sistema capitalista expropriou as mulheres do trabalho assalariado, conhecimentos, saberes e redes de convivência, constituindo novas formas de produção e reprodução social capitalista baseadas na divisão sexual; e na terceira parte apresentamos a teoria ecofeminista como uma opção epistemológica para pensar a Educação Ambiental não androcêntrica, assim como pensar um outro mundo possível articulado a partir da valorização das mulheres e da natureza.

4 Problematicadora como modelo de educação contrário à educação bancária que Paulo Freire analisa na Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2016).

5 Compreendemos o androcentrismo como uma construção sócio mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

Pensamos ainda que este trabalho no momento social e histórico atual em que a defesa e a garantia de direitos estão sendo questionados irá contribuir para o estudo do campo da Educação Ambiental não androcêntrica e de perspectivas de gênero críticas que levem em consideração a crise socioambiental onde os vulneráveis estão expostos: mulheres e natureza.

Educação ambiental a partir de uma perspectiva de gênero: a construção da subalternidade e da vulnerabilidade socioambiental feminina

A Educação Ambiental Crítica se fundamenta em uma tradição crítica radical da sociedade que pertence desde sua origem a um movimento contra cultural e que na área pedagógica advoga por uma nova forma de educar como crítica à educação formal, assim como, busca a autonomia dos sujeitos como eixo central. Como coloca Isabel Carvalho (2002, p. 86) “[...] o pacifismo, o ecologismo e o movimento feminista são reconhecidamente os herdeiros diretos deste ‘macromovimento’ de seu traço distintivo: a crítica à sociedade dominante e a luta por autonomia e emancipação”. A autora argumenta que os movimentos ecológicos construíram um “[...] ideário emancipatório que poderia ser considerado como fundador da história política do campo ambiental” (p. 86). Deste modo, legitimar a Educação Ambiental enquanto pertencente ao campo ambiental é reconhecer a articulação desta com os movimentos sociais e de contracultura, muito mais do que ao campo institucional da educação formal.

Nesta mesma linha de ideário emancipatório, Loureiro (2003) discute a noção de transformação na educação a partir de dois eixos: um conservador que busca mudanças superficiais sem modificar o *status quo* em que as mudanças comportamentais são de adaptação e não alteram o modelo de sociedade capitalista que o autor chama de “[...] conotação pseudo-transformadora da educação” (p. 38) a qual é hegemônica nos dias de hoje e que trabalha principalmente as questões de reciclagem de lixo, reutilização de materiais, mas sem adentrar na crítica da relação entre produção, consumo e cultura.

O outro eixo denominado pelo autor de revolucionário e emancipatório conduz à crítica radical ao modelo societário contemporâneo, às relações econômicas e às dominações de grupos humanos e não humanos. Este viés de Educação Ambiental procura a transformação integral do ser, pois entende que esta é uma práxis⁶ social que busca

6 A práxis, categoria de base marxiana, estabelece uma ação transformadora consciente e crítica da realidade, superando a dicotomia teoria e prática. Essa ação desencadeia a construção de um novo modelo conceitual em que o sujeito passa a atuar e interferir sobre o contexto no qual está inserido. “É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar” (MARX; ENGELS, 2010, p. 27). Para Sánchez Vázquez (2007): “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 109).

a construção de um novo modelo de civilização e sociedade em que a “[...] sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam o seu cerne” (LOUREIRO, 2003, p. 40). Para isso, compreende a Educação Ambiental Transformadora como aquela que busca compreender, refletir e teorizar sobre a atividade humana mediada pela natureza e que procura ampliar a consciência, através do desenvolvimento de uma capacidade crítica. A relação entre teoria e prática humana é que leva à reflexão e à transformação material e da subjetividade do sujeito. Isto posto, esse viés de Educação Ambiental entende como incompatível ambientalismo e capitalismo.

Dentro desse movimento intelectual crítico, Yeissy Guevara (2020), coloca que a Educação ambiental e o movimento feminista possuem um entrelace epistemológico substancial, quando advogam que a degradação ambiental e a desigualdade de gênero fazem parte do mesmo processo de exploração do trabalho e da natureza o qual estrutura nosso modelo societário atual sustentado em desigualdades, na competição entre indivíduos e no ideário de desenvolvimento, progresso e evolução.

As análises de gênero são fundamentais para desconstruir as relações desiguais naturalizadas e permitem deslocar a lógica das opressões. Elas têm como fundamento pensar sobre as relações sociais entre mulheres e homens os quais constroem culturalmente regras de convívio em uma determinada sociedade e em um determinado período de tempo, isto é, o gênero é uma construção cultural.

Joan Scott (1999) explica que a diferença sexual gera uma organização social de forma relacional, entre o feminino e o masculino, produzindo um saber, ou um modo de ordenar o mundo, a partir do que as diferenças sociais se constroem por meio de disputas políticas, relações de poder, dominação e subordinação. Esta percepção é fundamental para desnaturalizar os papéis sociais femininos e masculinos e desvelar a desigualdade hierárquica de gênero que tem como base o poder masculino.

Partindo dessa ideia de Educação Ambiental Crítica e transformadora a partir de uma perspectiva de gênero pensamos que é necessário o conhecimento das realidades históricas e espaciais específicas de cada grupo humano envolvidos em processos de opressões. Dessa forma, refletir e agir a partir da situação de grupos em vulnerabilidade socioambiental é partir da situação da maioria e democratizar o acesso à informação fazendo com que diversos setores da sociedade participem das práxis ambientalistas. Nas palavras de Loureiro (2003, p. 51):

Por estado de vulnerabilidade socioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos, e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

A vulnerabilidade socioambiental se constitui, assim, por fatores que podem estar interligados de diversas maneiras e dimensões gerando com isso grupos mais suscetíveis aos riscos sociais e ambientais. Os grupos mais sensíveis aos riscos são aqueles que, em primeiro lugar, vivem na parte do mundo onde o capitalismo tem sua face mais brutal de exploração e expropriação de direitos, isto é, nas partes colonizadas pelas potências imperialistas do chamado terceiro mundo. São nesses países que as grandes indústrias migram em busca de mão de obra barata e onde deixam seu passivo ambiental gerando desigualdades internacionais. Esses países, bem como o Brasil, são exemplos caracterizados por uma desigualdade social extrema. Em segundo lugar, tendo o baixo nível socioeconômico como um desencadeador, digamos assim, como a base da desigualdade, podemos incorporar outros fatores como a baixa escolaridade, famílias numerosas e as chefiadas por mulheres como características desses grupos mais sensíveis aos riscos e que, com isso, possuem extrema dificuldade em acessar direitos fundamentais configurando assim a vulnerabilidade socioambiental.

Além disso, o acirramento dos conflitos sociais baseados nas desigualdades e discriminações de gênero, inerentes à um sistema social patriarcal e associado com a baixa renda implica em situação de risco extremo, fazendo pensar que as mulheres pobres são um grupo mais suscetível aos riscos sociais e ambientais.

Desta maneira, as mulheres constituem um grupo vulnerável e subalterno inserido em uma sociedade capitalista com base na família patriarcal, uma vez que esta mantém a desigualdade entre os gêneros para que se tenha um corpo de trabalhadores sempre de prontidão e em número suficiente para que os salários sejam cada vez menores. A reprodução humana desse sistema é função da mulher, por um lado, como a grande procriadora e cuidadora desse grupo de trabalhadores e, por outro lado, ela mesma enquanto inserida no trabalho produtivo de forma precarização em trabalhos temporários, de meio turno ou desvalorizados.

A subalternidade não é necessariamente um reflexo da ideologia de uma classe dominante, mas sim da hegemonia, isto é, ela é uma expressão sociocultural e não apenas uma expressão de classe. Nesse sentido, a cultura subalterna pressupõe a ideia de uma relação entre subordinação, resistência e autonomia a uma cultura hegemônica que, por sua vez, pertence a uma visão de mundo de uma classe dominante.

As concepções culturalistas, ou pós-modernas da subalternidade, em se insere a filósofa Gayatri Spivak (2010), discutem a subalternidade mais deslocada da noção de classe, dando maior ênfase à questão cultural. Ela faz uma crítica ao sujeito subalterno gramsciano⁷ que teria uma visão essencialista e que comporia uma categoria monolítica e irreduzível, para ela o sujeito subalterno seria essencialmente heterogêneo,

7 Para Gramsci (1978) as classes subalternas não possuem uma consciência pura, e sim, uma não-consciência que é reflexo deformado da filosofia elaborada pelas classes dirigentes. Utilizam acriticamente os elementos que o ambiente cultural impõe, reproduzindo a sua submissão, tanto em nível ideológico, como também político.

mas junto a isso afirma que o termo não poderia ser aplicado a qualquer sujeito marginalizado socialmente, mas sim àqueles aos quais Gramsci teria definindo com o grupo excluído, o proletariado, que por não possuir condições de representação política, não têm voz. Para Gayatri Spivak (2010) são subalternas “[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante” (p. 14). Esse estado social dominante priva esses grupos do conhecimento de sua própria situação e do processo histórico que a gerou.

A partir dessas considerações, é reconhecido que a subalternidade desde Gramsci até Gayatri Spivak percorre um caminho construído a partir de interpretações possíveis das relações existentes entre classe e cultura dentro de um sistema capitalista de mercado. As formas de compreensão da hegemonia e dominação de um grupo e a submissão, resistência ou autonomia de outros revela diferentes enfoques, mas que tem em última análise o mesmo objetivo: a visibilidade de grupos antes excluídos da história.

Essas análises nos levam a pensar sobre como a Educação Ambiental deve discutir sobre as desigualdades e discriminações de gênero, a partir de uma teoria crítica. Como coloca Alicia Puleo (2018) é necessário que a Educação Ambiental se abra a novas formas interpretativas que privilegiem as perspectivas de gênero, uma vez que há, no mundo inteiro, mulheres que são afetadas por dois tipos de desigualdades: desigualdade no acesso aos recursos e desigualdade no reconhecimento social. As duas questões são constituintes da subalternidade e da vulnerabilidade socioambiental feminina. Para a autora são as mulheres as primeiras afetadas pelas contaminações ambientais e pelas catástrofes naturais. Por isso ela coloca que tanto o feminismo quanto o ecologismo nos permitem um olhar diferenciado sobre as práticas cotidianas de sujeitos antes denominados de inferiores e diferentes.

A Educação Ambiental Crítica prevê em sua ação um conjunto de valores, que justamente lutam contra as formas de dominação da sociedade capitalista por meio de uma nova ética que busca o “[...] respeito a todas as formas de vida, quando estimulam a igualdade e o respeito às diferenças, étnicas, culturais e sexuais” (REIGOTA, 2014, p. 16). Junto a isso procura diminuir o distanciamento entre humanos e natureza, desconstruindo a noção antropocêntrica e, em seu lugar, construindo uma nova relação entre sociedade e natureza.

Crítica à sociedade capitalista e patriarcal: a produção e a reprodução social

Para Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020), as múltiplas crises do sistema capitalista associadas à essa nova fase que o sistema enfrenta, de financeirização da vida, ocasionou uma mudança de foco nos estudos sociais, passando de análises sobre a globalização, desigualdades

e degradação do ambiente para questionar conceitos bases do sistema: trabalho, propriedade, mercado, produção, reprodução e etc. Nesse sentido, nas últimas décadas surgiram trabalhos que analisam os conceitos acima a partir de sua intrínseca ligação com a teoria do patriarcado.

Seguindo com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020) o capitalismo possui três pontos básicos que o caracterizam e o estruturam como um sistema social, econômico e político. A primeira seria a propriedade privada dos meios de produção a qual divide a sociedade em duas classes distintas, os proprietários e os produtores. A segunda característica seria o mercado livre, dentro de uma ideia de mercantilização do trabalho e até mesmo da vida social. Já a terceira seria a acumulação de capital tendo como foco o lucro e não as necessidades básicas dos indivíduos.

A acumulação se dá por meio da exploração do trabalho dos proletários a qual é legitimada pelo contrato de trabalho e que pressupõe uma troca justa com a condução desses sujeitos à categoria de cidadãos que participam na sociedade pelo desempenho de seu trabalho. Mas, existe outra forma de acumulação mais brutal que é a expropriação, por meio da qual a violência é aberta e não possui requintes, nem pretensão de civilidade ou igualdade, pois ela parte da ideia de que existem sujeitos ou grupos que são inferiores, isto é, ela está assentada na ideia da desigualdade e da injustiça social. Para Sílvia Federici (2017) historicamente, a expropriação capitalista se deu, principalmente, a partir de dois movimentos, os cercamentos de terra na Europa e a consequente expulsão do campesinato para as fábricas e trabalho assalariado e os processos de colonização e implementação de um sistema escravista mundo afora.

Nesse sentido, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado podem ser compreendidos como o tripé em que estão muito bem assentadas as relações sociais, econômicas e políticas da sociedade ocidental.

De acordo com Gerda Lerner (2019) o patriarcado é um sistema que existe a milênios, mas que foi utilizado pelo sistema capitalista como base para a exploração do trabalho reprodutivo que é aquele que reproduz socialmente a estrutura capitalista por meio de formas de cuidar, prover, alimentar, gerar e criar novos seres humanos e futuros trabalhadores para o sistema e o qual é feito majoritariamente pelas mulheres. Para ela esse sistema funciona porque as próprias mulheres o sustentam por meio de uma doutrinação de gênero assentada na carência educacional, no desconhecimento de sua própria história, na divisão entre mulheres respeitáveis e desviantes a partir da sexualidade, restrições, coações e discriminação no acesso ao poder econômico e político. Todas essas questões, de formas e dimensões variadas, transformaram metade da humanidade em subordinadas (mulheres) e a outra metade em dominadores (homens). Constituindo assim a base da sociedade androcêntrica.

Retomando Silvia Federici (2017), esta considera que desde a criação e desenvolvimento do capitalismo se instituiu uma guerra contra as mulheres e suas formas de convivência, sabedoria popular e redes de

apoio. Em sua obra a autora analisa como a caça às bruxas e a formação da sociedade ocidental deu origem à uma nova ordem patriarcal a qual tem como base uma nova divisão sexual do trabalho que foi construída social e historicamente. Com o afastamento das mulheres do trabalho assalariado na transição do feudalismo para o capitalismo e a consequente subordinação aos homens, essa nova ordem patriarcal dividiu o trabalho em produtivo e reprodutivo, ficando este último a cargo das mulheres colocando seus corpos como “[...] máquinas de produção de novos trabalhadores” (p. 26). Isto é, as mulheres ficaram relegadas à casa, mas agora de forma subalterna, ao que a autora denomina de “escravidão doméstica feminina” (FEDERICI, 2017, p. 122). Nesse sentido, as mulheres foram acantonadas no mundo do privado e da família, ficaram mais dependentes dos homens para sobreviver e, com isso, refletindo em uma sociedade desigual e injusta socialmente, provocando e tencionando vulnerabilidades e, no limite, jogando grande parte das mulheres na pobreza.

Podemos compreender a questão da pobreza da mulher como um problema ambiental, já que devido a este modelo societário capitalista e patriarcal há um agravamento da situação social, uma vez que este se articula a partir da exploração da natureza enquanto fonte de recursos para o capital e das mulheres, enquanto força de trabalho reprodutivo invisível do capital. As mulheres são a grande maioria dos pobres do mundo⁸, elas estão no centro de uma crise socioambiental. Elas vivem em áreas de risco, em casas sujeitas as inundações e desmoronamentos, sem saneamento, não tendo acesso à uma alimentação balanceada e à saúde e, ainda, estão sujeitas a violências de gênero e raça, com altas taxas de feminicídio. Em relação ao emprego são elas que ocupam a maioria dos postos de trabalho precários. Assim, as mulheres são um grupo humano que vivenciam alto nível de injustiça social e ambiental.

Perceber como o patriarcado, associado ao capitalismo, produz e reproduz a opressão feminina requer um deslocamento da lógica androcêntrica. Esse deslocamento parte do desvelamento da construção sócio histórica das relações de gênero e reflexão de como essas relações impactam a vida das pessoas tanto mulheres quanto homens.

Neste ponto podemos citar Íris Marion Young (2005) que faz uma crítica à histórica divisão entre o mundo feminino da casa, do trabalho doméstico e das atividades de preservação e imanência⁹ e o mundo masculino do público, das atividades de transcendência¹⁰ e da construção da vida. Ela vai elaborar a tese de que o trabalho doméstico não é destituído de valor, ao contrário, ele é ambivalente, no sentido de que o trabalho doméstico não é apenas atividades de repetição e preservação,

8 Segundo o conceito de Feminização da Pobreza cunhado por Pearce (1978).

9 Para Young (2005) as atividades de imanência são as atividades do lar, que são um eterno presente no sentido que são repetitivas e que, portanto, não produzem subjetividades não permitindo ao sujeito a construção da autonomia.

10 Para Young (2005) as atividades de transcendência são aquelas em que os sujeitos realizam atividades de construção, projetando o futuro e deliberando, construindo autonomia, estas se dão na esfera pública da vida, principalmente no trabalho.

ele é composto, ao mesmo tempo, por outras atividades de significação e ressignificação da vida, como organização de objetos familiares, as histórias de família e as dinâmicas de relações entre as pessoas que habitam a casa. Tudo isso forma uma base para uma compreensão de mundo, para a construção dos sujeitos, ou seja, forma subjetividades, permitindo aos sujeitos realizarem atividades de transcendência, isto é, projetar o futuro e construir autonomia. A autora está discutindo uma questão que é central no feminismo, de que as atividades da casa e da ordem do privado têm uma dimensão política. Dentro disso, percebemos a esfera da vida privada, a casa, o lar e as relações de opressão aí estabelecidas como o lugar em que, ao mesmo tempo que o patriarcado afia suas garras, as mulheres formam redes de resistência a partir de atividades que podem ressignificar social e historicamente essas relações desiguais.

Uma leitura social de gênero permite entrever as brechas que os espaços relegados ao feminino abrem na ordem patriarcal, a partir das articulações e luta das mulheres, marcadamente os movimentos feministas e os ecologistas.

Ecofeminismo como fundamento para uma Educação Ambiental Crítica e uma nova sociedade

Uma nova relação entre humanos e natureza pode ser mediada pelas mulheres segundo o Ecofeminismo. Esta corrente teórica surge em 1974, como afirma Celina Mendoza (2019), por meio do encontro da teoria feminista e dos interesses da ecologia. Do feminismo toma a ideia de que o gênero é construído social e culturalmente e que nesta construção há uma separação de papéis sociais onde os homens tomam a primazia produzindo um sistema de opressão das mulheres fundamentado na dominação masculina, o patriarcado, assim estabelecendo hegemonicamente, uma visão de mundo, comportamento e pensamento, o androcentrismo. Da ecologia profunda toma a proposta de proteger a natureza por meio de uma mudança cultural e busca um modo de vida alternativo ao atual que priorize uma cultura pró-vida. Isto é, busca a construção de uma sociedade não androcêntrica e não capitalista onde haja maior igualdade e justiça social e com isso, mais respeito a todos os seres vivos, humanos e não humanos. Para o ecofeminismo a opressão das mulheres, está intrinsecamente ligada à dominação da natureza e a consequente destruição do planeta, pois fazem parte do mesmo sistema de dominação constituído pelo patriarcado e que uma não será revertida sem a outra.

Além disso, Celina Mendonza (2019) marca que na América-latina esta teoria encontra terreno fértil na filosofia e na Teologia da Libertação¹¹, uma vez que o movimento feminista latino americano já tem tradicionalmente uma vinculação com estas correntes teóricas e

11 Corrente filosófica-teológica cristã nascida na América-latina pautada em um trabalho com os pobres e vulneráveis.

se articula a partir da práxis libertadora e emancipadora dos pobres e grupos subalternos.

Dentro do ecofeminismo há uma variedade de correntes teóricas pautadas a partir de variadas perspectivas epistemológicas, portanto, é mais correto falarmos sobre ecofeminismos no plural. Assim, percebemos a necessidade de colocar este trabalho como pertencente à uma corrente crítica e contra hegemônica.

Dentro desta perspectiva de ecofeminismo crítico, Vandana Shiva (2004) conduz sua análise no sentido de oferecer um olhar interpretativo alternativo, contra hegemônico, que compreende a pobreza, por exemplo, de forma contrária à cultura dominante moderna e ocidental a qual rotula como pobres todos aqueles sujeitos que não se enquadram dentro da lógica de desenvolvimento capitalista, do progresso e que vivem a partir de práticas tradicionais e sustentáveis. Em sua maioria mulheres camponesas.

O modelo de desenvolvimento capitalista coloca esses sujeitos à margem de uma ideia de progresso e, ao mesmo tempo, destrói estilos de vida que reconhecem seres humanos e natureza como pertencentes a um mesmo ecossistema. Tudo isso produz a verdadeira pobreza, isto é, a miséria, pois essas pessoas, uma vez deslocadas de seus modos de vida não conseguem mais suprir as necessidades básicas de subsistência material como a produção de alimentos e a construção de moradas. Isto porque dentro da lógica de progresso se valorizam as grandes lavouras de monocultura, que tomam para si os recursos naturais como água e terra e se desvaloriza as pequenas produções familiares que são deixadas à míngua e em que as mulheres desempenham papel essencial. Segundo Vandana Shiva (2004¹²):

[...] a destruição das tecnologias tradicionais, que respeitam a ecologia, que geralmente criam e empregam as mulheres, junto com a destruição de sua base material, é o que geralmente se atribui a “feminização” da pobreza em sociedades que tenham tido que suportar os custos da destruição de recursos (p. 3)¹³.

Nesse sentido, a autora coloca como alternativa a recuperação de princípios femininos como a vinculação com a terra, a empatia, o cuidado, a construção de sistemas de apoio mútuo que possam romper com o sistema patriarcal e transformar a ideia de progresso, crescimento e produtividade vinculando-as à produção da vida, sendo dessa forma um projeto político, ecológico e feminista.

Também Daniela Rosendo e Ilze Zirbel (2019) deslocam uma visão de mundo capitalista e patriarcal ao refletir sobre o conceito de vulnerabilidade. As autoras dizem que vulneráveis todos somos de

12 Todas as traduções deste trabalho são dos autores.

13 No original: “[...] la destrucción de las tecnologías tradicionales, respetuosas de la ecología, que suelen crear y emplear las mujeres, junto con la destrucción de su base material, es a lo que generalmente se atribuye la “feminización” de la pobreza en sociedades que han tenido que soportar los costes de la destrucción de recursos”.

formas e dimensões variadas, pois esta é uma categoria geral, abrangente e fundamental dos seres vivos, dentro de uma lógica de interdependência da vida. O argumento delas é que esta categoria foi construída a partir de uma aversão à ideia de vulnerabilidade, pautada em relações de dominação, as quais desvalorizam marcadores sociais responsáveis pelas discriminações de classe, raça e gênero, entre outros, uma vez que o ideal seria o sujeito não-vulnerável. Portanto, a norma seria a busca pela invulnerabilidade, onde as relações de interdependência seriam ignoradas. A proposta das autoras não é ignorar as vulnerabilidades, mas sim promover uma ampliação da categoria rompendo com a dominação antropocêntrica que percebe esse conceito sempre de forma negativa. Para isso seria necessária uma nova concepção de justiça que inclua a empatia e junto a isso, associar a ideia de singularidade. Dentro dessa ideia, a vulnerabilidade tanto pode gerar sofrimentos e opressões quanto também é capaz de gerar empatia, redes solidárias, linguagens e sociabilidades, pois compreender-se vulnerável, significa compreender que somos interdependentes de outros seres e da natureza.

Refletir sobre as relações de dominação implícitas na construção da categoria vulnerabilidade é, muitas vezes, ininteligível dentro da lógica capitalista e patriarcal. Para isso é necessária outra chave interpretativa, outra visão de mundo.

Uma sociedade que não esteja mais baseada na ideia de desenvolvimento e progresso tendo como base uma visão economicista e de acumulação de riqueza é o propõe Maria Mies (2014) a partir de sua *Perspectiva de Subsistência*. Em consonância com as outras autoras citadas ela reflete que a sociedade capitalista enfrenta uma crise atrás da outra e que, portanto, este modelo societário não é mais viável, ou sustentável. Para ela é preciso que as pessoas deixem de acreditar que o dinheiro e a acumulação, isto é a riqueza, como propósito de vida, irá resolver os problemas atuais e que devem construir um novo objetivo para a sociedade.

Ela nos mostra que a palavra economia vem do grego *oikonomia* e quer dizer gerencia da casa. Essa palavra em sua origem não tinha nada a ver com acumulação de riqueza, mas sim com satisfação de necessidades dos membros da casa, ou seja, a lógica de produção estava baseada no uso e não na acumulação. É a partir dessa perspectiva que ela constrói a sua ideia de subsistência, dentro de uma lógica na qual os humanos vivem em uma casa comum, o planeta Terra.

Nessa mesma linha, Sílvia Federici (2017) diz que o conhecimento feminino pré-capitalista de uma economia voltada para a subsistência na qual havia uma unidade entre trabalho produtivo e reprodutivo onde era típica a produção para o uso, como dito acima, foi desaparecendo. Em seu lugar foram surgindo novas relações de produção e reprodução divididas sexualmente. Importante historicizar esses processos, pois desnaturaliza a separação entre essas duas esferas e mostra ser possível pensar em sociedades alternativas, que se articulem a partir de lógicas e modos de vida não exploratórios, opressivos e desiguais.

Também, Alicia Puleo (2018) nos acrescenta que em meio à crise ambiental e social é necessária a construção de outro mundo que não esteja baseado na opressão e na exploração. Isto significa modificar o modo de desenvolvimento androcêntrico por outro que possua empatia em relação à natureza e faça uma análise crítica das relações de poder. Para ela é necessário valorizar o desenvolvimento em conjunto da razão e da emoção com a universalização de virtudes e atitudes tradicionalmente femininas reivindicando a crítica ante a discriminação das mulheres. Assim, “[...] adotar uma perspectiva ecofeminista igualitária implica em não se fazer política ambiental às custas das mulheres, isto é, favorecendo os papéis tradicionais”¹⁴ (p. 19), mas sim incentivar a sustentabilidade da vida e inovar em relação à divisão sexual do trabalho.

Desse modo, percebemos que as autoras citadas neste trabalho trabalham a partir de perspectivas teóricas ecofeministas diferentes, mas todas elas pautadas em uma crítica radical do sistema capitalista e patriarcal, advogando que não há como romper com a dominação das mulheres e da natureza por dentro do sistema. Isto é, é preciso pensar a partir de outras categorias que desloquem a lógica antropocêntrica, androcêntrica e patriarcal, e isso passa por práticas que valorizem a luta das mulheres associada a uma visão de mundo alargada e de interdependência entre todos os seres e a natureza.

Em nosso ponto de vista, estas perspectivas ecofeministas se inscrevem dentro de uma Educação Ambiental Crítica e não androcêntrica, a qual necessita refletir criticamente sobre a subalternidade e a vulnerabilidade socioambiental feminina, discutindo pontos como a valorização dos espaços de convívio feminino, o cuidado com os seres humanos e os não humanos e as práticas e olhares que as mulheres desenvolvem em relação à natureza.

Considerações finais

Este trabalho procurou refletir criticamente sobre como podemos pensar a Educação Ambiental Crítica a partir de uma perspectiva de gênero. Foi nossa intenção articular a produção científica atual pautada em uma crítica radical ao sistema capitalista e patriarcal, a qual busca desvelar a exploração e expropriação das mulheres e da natureza, mostrando como a construção social e histórica de gênero, dentro do sistema capitalista, gerou opressões entrecruzadas, relações de poder assimétricas e desigualdades de dimensões variadas. Esse processo tem como base a transformação da natureza em recurso material a serviço do capital e das mulheres em sujeitos subalternos, que desenvolvem um trabalho invisível a serviço da reprodução social do sistema.

Para isso, buscamos discutir conceitos como subalternidade, vulnerabilidade socioambiental e pobreza, os quais são produzidos e reproduzidos a partir das opressões gradas pelo sistema e que constituem a teoria do patriarcado.

14 No original: “Adoptar una perspectiva ecofeminista igualitaria implica que no se puede hacer política ambiental a costa de las mujeres, es decir, favoreciendo los papeles tradicionales”.

Pensar sobre como nossa sociedade se articula a partir dessas explorações e opressões produzindo pobreza, vulnerabilidades e sofrimento é o compromisso da Educação Ambiental Crítica, enquanto educação política que luta contra processos de dominação e voltada para a emancipação e transformação dos sujeitos oprimidos a partir de uma educação problematizadora e contra hegemônica.

Nesse sentido, entendemos que o ecofeminismo estabelece uma relação dialógica com a Educação Ambiental Crítica ao vincular-se a correntes teóricas de crítica radical da sociedade capitalista e patriarcal. Ele nos fornece elementos teóricos e epistemológicos para deslocarmos, a partir de uma leitura de gênero, categorias e conceitos centrais da sociedade ocidental elaborando concepções contra hegemônicas de pobreza e vulnerabilidade, entre outras.

Por esse motivo, pensamos que o ecofeminismo contribui para uma Educação Ambiental Crítica e não androcêntrica, o qual busca lutar contra as injustiças sociais e ambientais, pelas quais as mulheres são as mais afetadas e, com isso, procura construir novas formas de convivência entre seres vivos, não vivos e natureza, assim como, um novo modelo de civilização onde a vida seja sustentável.

Referências

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA. In: SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel; SATO, Michèle. **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEVARA, Yeissy Graciela Sarmiento. **El hilo de Ariadna: por una Educación Ambiental con perspectiva de género que visibilize a la juventude de las comunidades rurales, La Primavera e El Líbano en el noroeste de Perú**. 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2020. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/>

dissertacoes-e-teses/56-publicacoes-de-2020/585-dissertacao-yeissy-graciela-sarmiento-guevara.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**: Revista de Educação Ambiental, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 37-57, jan. 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. Edição Kindle.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MENDOZA, Celina Lértora. **Ecofeminismo latinoamericano**. Disponível em: <http://www.cecies.org/articulo.asp?id=387>. Acesso em: 01 maio 2019.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labour. London: Zedbooks, 2014. Edição Kindle.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **The Urban and Social Change Review**, Boston, v. 11, n. 12, p. 28-36, 1978.

PULEO, Alicia Helda. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. Madrid: Cátedra, 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

ROSENDO, Daniela; Ilze ZIRBEL. Dominação e sofrimento: Um olhar ecofeminista animalista a partir da vulnerabilidade. In: ROSENDO, Daniela *et al.* (org.). **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. Edição Kindle.

SANCHÉZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

SHIVA, Vandana. La mirada del ecofeminismo. **Polis**: revista latinoamericana, Santiago – Chile, v. 9, p. 1-10, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7270>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

YOUNG, Iris Marion. **On female body experience**: “throwing like a girl” and other essays. New York: Oxford University Press, 2005.